

A EXCLUSÃO PELA LINGUAGEM: O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Iara F. de Melo Martins (Orientadora)

André Luiz Souza da Silva

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB

iar martins@yahoo.com

RESUMO

Este trabalho aborda o preconceito linguístico na sala de aula, nas turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II, da cidade de Sertãozinho – PB. Objetiva-se, portanto, discutir o preconceito linguístico como mecanismo de exclusão na escola e como objetivos específicos a) refletir acerca da inclusão pela linguagem na escola e b) apresentar alternativas que trabalham com o preconceito linguístico. Como suporte teórico nos apoiamos em: Antunes (2003), Bagno (2003), Bortoni-Ricardo (2004), PCN (1998), Travaglia (2009), entre outros. Em nossa análise de dados estão destacados diálogos estabelecidos entre a professora e os alunos, nas aulas de língua portuguesa, que expressaram a variação linguística em sala de aula e o preconceito contra as variantes não-padronizadas. A metodologia pautou-se em uma pesquisa-campo com uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-interpretativo. Diante dos fatos analisados, percebe-se que é fundamental trabalhar a inclusão das variantes diferentes da gramática normativa para amenizar o abismo existente entre o que é considerado padrão e não-padrão no uso da língua. Os processos educacionais devem, portanto, pautar-se pelo reconhecimento da diversidade linguística e pelo respeito às diferenças. Deve ser papel de todos estar vigilante e ser combativo a toda prática social, explícita ou velada, que estimule e personifique o preconceito linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem, Preconceito Linguístico, Exclusão social.

1. INTRODUÇÃO

Os falantes, ao usarem a língua, também emitem um juízo de valor que pode estar vinculado a um estereótipo preconceituoso, mais especificamente ao preconceito linguístico, que surge devido a não aceitação ou desconhecimento das variações linguísticas. Esse tipo de preconceito traz problemas sérios que atingem principalmente os indivíduos das classes sociais desfavorecidas por não terem um conhecimento maior da norma-padrão e por utilizarem variantes linguísticas diferentes da norma.

As consequências do preconceito linguístico estendem-se, também, as escolas, principalmente no ensino de língua materna, pois o trabalho sobre a língua ainda é muito

influenciado por concepções que priorizam a padronização linguística. A valorização da norma e a desconsideração das variantes linguísticas, pelos professores, sustentam a exclusão no ambiente escolar, de muitos alunos que fazem uso de variantes diferentes da modalidade padrão.

O termo inclusão usado neste trabalho é tomado no sentido lato senso, tendo como foco o ensino da linguagem, embasado em ações voltadas para a educação inclusiva, na medida em que manter o aluno na escola e proporcionar condições para sua progressão é importante, independente das dificuldades que ele apresente.

Tivemos como objetivo geral discutir o preconceito linguístico como mecanismo de exclusão na escola e como objetivos específicos: a) refletir acerca da inclusão pela linguagem na escola e b) apresentar alternativas que trabalham com o preconceito linguístico. Elaboramos também as seguintes questões: Há o trabalho contra o preconceito linguístico em sala de aula? Será que o docente está preparado para lidar com esse tema? A partir dessa temática o educador promove à inclusão pela linguagem? Tais questões nos permitiram conhecer um pouco da realidade existente nas salas de aulas e por meio delas entendemos que as diferentes formas de se expressar são reflexos das variações de nossa língua.

Para desenvolver as ideias que norteiam este trabalho, utilizamos autores como: Antunes (2007), Bagno (2015), Bortoni-Ricardo (2004), PCN (1998), Scherre (2005), Travaglia (2009), entre outros, que nos orientaram na construção teórica desse estudo. Este artigo está dividido na seguinte ordem:

No primeiro tópico apresentamos a metodologia utilizada neste trabalho com informações do campo de pesquisa e dos sujeitos que participaram de nosso estudo. É importante ressaltar que essa pesquisa é de natureza qualitativa de caráter descritivo-interpretativo, a qual nos permitiu coletar os dados necessários e averiguar o tema analisado por meio da observação em sala de aula.

Na quarta seção, enfatizamos a análise de dados, nela destacamos os registros dos diálogos entre professora e alunos feitos em sala de aula. A partir desses diálogos conhecemos como a docente e os discentes se posicionam diante de situações de preconceito linguístico.

No quinto momento, apresentamos as considerações finais, retomando aspectos relevantes, expondo a concretização dos objetivos e os resultados das questões. Por último, destacamos as referências utilizadas para a realização deste trabalho.

2. METODOLOGIA

Este trabalho teve como base uma pesquisa-campo por meio do método da observação, sendo assim, a escola foi o espaço que nos proporcionou coletar as informações necessárias sobre o preconceito linguístico na sala de aula. Segundo Marconi e Lakatos (2015), a pesquisa de campo pode ser usada para comprovar ou contestar hipóteses e questões, e também para obter informações sobre um assunto, com o propósito de conseguir respostas para um determinado problema. As autoras enfatizam também que a observação vai além do ver e do ouvir, e consideram que através dela é possível analisar o objeto de estudo.

Nossa pesquisa é de natureza qualitativa de caráter descritivo-interpretativo, a qual nos permitiu coletar os dados necessários e averiguar o tema analisado por meio da observação em sala de aula. Para Marconi e Lakatos (2015) esse tipo de abordagem permite analisar características de fenômenos e fatos com o propósito de apresentar informações para verificar questões.

Assim, elaboramos as seguintes questões: há o trabalho contra o preconceito linguístico em sala de aula? Será que o docente está preparado para lidar com esse tema? A partir dessa temática o educador promove à inclusão pela linguagem?

No desenvolvimento da pesquisa, descrevemos os diálogos estabelecidos pelos sujeitos (professora e alunos), a forma como eles interagiram em seus atos comunicativos e utilizamos procedimentos interpretativos para refletirmos sobre a conduta e o posicionamento desses indivíduos diante de expressões preconceituosas.

Nossa pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ulisses Maurício de Pontes, localizada na rua Nova Descoberta, Centro, Sertãozinho – PB, em turmas do ensino fundamental II, isto é, com alunos do 6º ao 9º ano. A faixa etária desses discentes variava dos 10 aos 15 anos e em cada turma havia uma média de 25 a 30 alunos. Ao todo, observamos 11 (onze) aulas, cada uma delas com quarenta e cinco minutos, nas referidas turmas, sob custódia da professora que lecionava nessa instituição no turno matutino. Essas observações foram realizadas nos dias 17 e 19 de Maio de 2016.

A escola possui 47 (quarenta e sete) funcionários, sendo que 29 (vinte e nove) deles são professores, todos formados em suas respectivas áreas de ensino. Dentre os docentes, três são da área de língua portuguesa, porém no turno da manhã havia apenas uma professora de português, que no caso era a docente que observamos. Ela é formada em Letras português, possui especialização nessa mesma área e atua há onze anos como docente nessa instituição.

3. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Com o intuito de conhecermos de perto como acontece a interação professor-aluno com relação ao preconceito linguístico e a inclusão em sala de aula, fomos à Escola Municipal de Ensino Fundamental Ulisses Maurício de Pontes e observamos onze aulas nas turmas do 6º ao 9º ano.

Apresentaremos, a seguir, os dados coletados durante nossa observação nas aulas, que demonstram uma experiência vivenciada nesta instituição, mas, que também, é uma realidade presente em outras escolas de nosso país. Tivemos como objetivo geral discutir o preconceito linguístico como mecanismo de inclusão na escola. Os objetivos específicos foram: a) refletir acerca da inclusão pela linguagem na escola e b) apresentar alternativas que trabalham com o preconceito linguístico.

Na escola, durante as observações, constatamos como ocorreu o trabalho com as diversas modalidades de falas dos educandos, flagramos como a docente trabalhava com a variabilidade linguística em sala e averiguamos tanto o posicionamento dela, quanto o dos alunos, diante de expressões consideradas preconceituosas.

Para melhor compreendermos tal situação destacamos alguns trechos de diálogos estabelecidos entre professora-aluno, aluno-aluno, que pontuamos durante nossa observação. Para que possamos identificar os indivíduos de nossa pesquisa em seus devidos papéis sociais, decidimos caracterizá-los como: **P** para a professora e **A, A1, A2** e assim sucessivamente, para os alunos que aparecem nos diálogos. – Os diálogos estão transcritos de acordo com a forma que os sujeitos se comunicaram em sala de aula. Destacamos a seguir o primeiro exemplo que ocorreu durante uma aula na turma do 6º ano A.

Quadro 1: Diálogo entre professora e alunos

P= Pegue o livro para copiar a atividade. Você trouxe o livro?

A= Eu **truxe!**

P= É, eu trouxe.

A1= “Eu **truxe**” (risos), fala direito!

A= Eu trouxe. Fica na tua aí, leso.

P= Parem com as conversas paralelas.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2017.

A sala de aula é o espaço para a aquisição das normas e o professor deve aproveitar as oportunidades trazidas pelos alunos para discutir as questões da língua padrão. Porém, a docente não fez uso dessa situação positivamente, ou seja, ela não explicou que a palavra “truxe” não estava adequada ao contexto mais formal e também ao ambiente escolar e não repreendeu os que riram depreciativamente do aluno A. Recortamos esse exemplo, pois o que houve foi, foneticamente o apagamento da vogal “o” na palavra “trouxe”, porém esse desvio é comum na língua não-padrão.

O que nos chama a atenção é a conduta da professora, que deveria aproveitar o momento para explicar que tal palavra estava sendo empregada inapropriadamente no contexto comunicativo, e não poderia deixar que o outro aluno agisse preconceituosamente discriminando a forma como A se expressou ao usar a variante não-padrão durante o diálogo. Como expressam os PCN (1998), a questão não é apontar o erro, mas entender qual variante deve ser usada nas diferentes situações comunicativas.

Neste exemplo não se concretizou nenhuma ação positiva com relação ao ensino de língua materna em sala. É por esse motivo que enfatizamos o que afirma Leite (2011, p.159), “o professor não deve simplesmente dizer que tal termo está errado, mas vai apresentar as razões pelas quais outros termos se enquadrariam melhor no contexto dado”.

Para esclarecer o ensino-aprendizagem das várias modalidades de fala em sala de aula, os PCN (1998) enfatizam que a pretensão não é fazer com que os alunos falem do jeito que está escrito na gramática, mas oferecer a eles oportunidades para conhecer as várias formas de falas e contextualizá-las, considerando, é claro, os meios que contribuem para que tais modalidades possam ser concretizadas na comunicação. Portanto, é necessário:

[...] saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de sua interação enunciativa – dado o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem (PCN, 1998, p.31)

Por isso, Leite (2011) considera que a sala de aula é um espaço que integra a comunicação entre os indivíduos, e para que possa acontecer uma interação entre eles é necessário que tais

participantes estejam interligados para que haja uma compreensão entre si. Tudo isso influencia no desempenho do ensino-aprendizagem dos alunos, e conseqüentemente eles não obterão um resultado positivo acerca das variações linguísticas, se tal assunto não é trabalhado ou é abordado erroneamente.

É o que acontece neste exemplo. Como os alunos não têm amplo conhecimento sobre o verdadeiro significado das variantes linguísticas, eles acabam não apenas sendo alvos, mas também autores do preconceito linguístico uns com os outros, pois a própria docente não introduz nenhuma prática ligada a esse tema e se omitiu de discutir esse caso de preconceito linguístico vivenciado na sala de aula.

Portanto, seria necessário providências, como às sugeridas por Bagno (2007), para trabalhar a conscientização dos docentes e discentes, mostrando que a língua tanto pode ser um elemento de ascensão social, como de discriminação. Isto é, mostrar-lhes que há muitas formas de preconceito, inclusive o preconceito linguístico e a partir disso, usar estratégias fundamentadas para desconstruir as práticas do preconceito pela linguagem, promover a inclusão e esclarecer para os educandos que eles não devem aceitar as situações de repressão ou discriminação linguística.

É possível perceber que a docente se apoiou em concepções tradicionais, tratando a língua como dependente da gramática, e pautada na gramática normativa ela desconsiderou as expressões linguísticas diferentes da norma-padrão presente nessa gramática. Portanto, flagramos apenas a atitude de “corrigir” o aluno, revelando que a professora segue o que é proposto por esse tipo de gramática, enfatizando o que está certo ou errado no uso da língua.

Analisemos o próximo exemplo que aconteceu na turma do 7º ano A:

Quadro 2: Diálogo entre professora e alunos

- P= Quero ver os poemas que pedi para vocês fazerem. Quem já fez me mostre, e quem não fez ainda, pode começar a fazer agora! Você já fez o poema?
- A= Eu estou **fazeno!**
- P= E você?
- A1= Eu tinha **fazido** outro, mas...
- P= **Fazido**, não! Feito!
- A1= Sim, eu tinha feito outro, mas vou mostrar esse que fiz agora.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2017.

Observamos aqui, mais uma vez, apenas uma ação corretiva, sem qualquer explicação que possibilite o aluno compreender porque de fato ele não deve falar dessa forma. A professora repreende o modo como o aluno **A1** pronunciou a palavra “fazido”, porém sequer explicou tal inadequação e preconceito por parte dela com relação ao ocorrido. Ela poderia ter explicado a forma que alguns verbos assumem no particípio, como por exemplo: verbos trazer e dormir, que passam a ser trazido e dormido, e que por isso o aluno pode ter feito essa analogia com essa forma verbal.

Flagramos, portanto, que a professora apenas apontou o erro do educando, mostrando seu preconceito com as formas de falas não padronizadas. Vejamos o que os PCN destacam:

Ainda se ignora um princípio elementar relativo ao desenvolvimento da linguagem: o domínio de outras modalidades de fala e dos padrões de escrita (e mesmo de outras línguas) não se faz por substituição, mas por extensão da competência linguística e pela construção ativa de subsistemas gramaticas sobre o sistema já adquirido (PCN, 1998, p.31).

É importante registrar que em nenhum momento a docente interviu na frase do aluno **A** que disse “fazeno” e neste caso ocorreu o apagamento do “d” no gerúndio, que é um fenômeno muito comum como nos exemplos: “brincano”, “quereno”, etc. Essa forma também é considerada um desvio da língua-padrão, porém, mais usual na oralidade do que a expressão “fazido”. O uso do termo “fazeno”, talvez, deve ser usual a própria professora e por isso ela não o considerou como desvio e não fez a correção. Contudo, sabemos que esses desvios estão inseridos numa modalidade de fala que é comum na realidade social dos educandos e por este motivo, a educadora deveria ter explicado essas ocorrências em sala de aula, para que os discentes pudessem fazer uso adequado desses enunciados nos variados contextos comunicativos.

Observamos, pois, que os usos das modalidades padrão e não-padrão estão muito vivos na sala de aula. Numa mesma situação a professora pode intercambiar por essas duas modalidades. A docente, portanto, ao ter corrigido o aluno trocando o termo “fazido” por “feito” perdeu a oportunidade de trabalhar o preconceito linguístico e de esclarecer as diferenças sobre as formas de alguns verbos no particípio. O que possibilitaria a inclusão desses alunos à modalidade padrão da língua e proporcionaria uma reflexão dessas variações que ocorrem na fala. Assim, eles saberiam utilizar adequadamente as expressões linguísticas nos diversos contextos comunicativos.

Nesse exemplo, também notamos que a educadora pautou-se em concepções que priorizam a gramática normativa. No trabalho com a língua, a professora desconsiderou a concepção de

linguagem interativa, pois assumiu que o uso da língua deve estar de acordo com a gramática tradicional. Sendo assim, ela não fez uso da gramática descritiva, pois se tivesse partido de tal perspectiva não teria enfatizado o erro linguístico, mas sim, a inadequação da palavra ao contexto e teria considerado a variante utilizada pelo aluno.

Vamos para o próximo exemplo coletado na turma do 9º ano A:

Quadro 3: Diálogo entre professora e alunos

P= Vamos ver essa história em quadrinhos que destaca os personagens Chico Bento e Zé Lelé. Zé Lelé diz ao Chico: “Óia só o meu cachorro di pelúcia”. Chico perguntou: “donde ocê arranjó?”. Vocês conhecem essa linguagem?

A= Sim!

A1= É uma linguagem caipira.

A2= **E feia** (risos)

P= Sim, é uma linguagem caipira.

A2= Mas, nós não falamos assim.

A3= **É uma linguagem estranha.**

P= Isso mesmo, trata-se de uma linguagem caipira, que nós consideramos diferente porque não falamos dessa forma.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2017.

Neste exemplo está explícito o preconceito linguístico com as modalidades de fala diferentes da norma-padrão, pois quando os alunos consideram a linguagem utilizada pelos personagens como “feia e estranha”, eles revelam a falta de conhecimento pela variante linguística destacada no exemplo. A docente não aproveitou para comentar sobre os fatos preconceituosos e não promoveu a inclusão dessa variante. É por isso que os PCN (1998) enfatizam que diante dos fenômenos da variação, a escola precisa ter cuidado para não reproduzir em seu ambiente a discriminação linguística.

Os comentários dos alunos **A2** e **A3** foram fundamentados em pensamentos preconceituosos, não propriamente por culpa deles, mas porque o meio social em que vivem, como vimos em Bagno (2007), traz em si, esse preconceito contra as variedades estigmatizadas. Para os discentes pensarem assim é por que, de alguma forma, já ouviram ou tem algum contato com pessoas que propagam o preconceito linguístico contra os falantes dessa variante. Isto só reforça o

que afirma Bagno (2015, p.22), “pouquíssimas pessoas reconhecem a existência do preconceito linguístico, que dirá sua gravidade, como um sério problema social. E quando não se reconhece sequer a existência de um problema, nada se faz para resolvê-lo.”

A professora deveria ter explicado que essa forma de falar, expressado na história em quadrinhos, não é totalmente diferente da nossa, pois mesmo existindo traços específicos da “língua caipira”, que no caso seria da zona rural, existem semelhanças entre esses modos de falar, pois são variantes de uma mesma língua, a língua portuguesa de nosso país.

Além disso, é necessário falar dos fatores que influenciam essa modalidade linguística. A exemplo disso, Bagno (2007, p.95) cita que “ter nascido e vivido na zona rural (ou numa cidade pequena) ou ter sido criada numa grande metrópole são fatores que influenciam muito a visão de mundo da pessoa, suas crenças e valores, sua relação com o meio ambiente e, é claro, seu modo de falar a língua.” Os fatores citados por este autor, explicam o verdadeiro motivo pelo qual as pessoas usam modos de fala diferentes.

Neste momento, a professora poderia ter falado do preconceito linguístico, que foi revelado em sala de aula pelos alunos, mesmo que eles não tenham consciência de que o tenham cometido. Ademais, ela foi omissa e não soube utilizar essa situação para esclarecer que existem “várias maneiras de falar”, e que essas variantes devem ser respeitadas, ou seja, tratar da inclusão dessas variações linguísticas que estão presentes não apenas na história em quadrinhos, mas em nosso próprio meio social, inclusive na sala de aula.

Talvez, a própria educadora não tenha conhecimento ou não saiba lidar com esse tipo de preconceito, como expressa Bagno (2007, p.119), “[...] a falta de uma base teórica consistente e, sobretudo, a confusão no emprego dos termos e dos conceitos prejudicam muito o trabalho [...]”. Isto é, tratar de um assunto quando não há conhecimento a respeito dele ou quando não há nenhum suporte teórico para auxiliar o trabalho em sala de aula é muito difícil. Talvez por isso, a professora não abordou a temática do preconceito linguístico e nem tampouco trabalhou a inclusão dessa modalidade linguística representada na história em quadrinhos.

Neste exemplo registramos que também não houve o trabalho com a concepção de linguagem interacional apresentada por Travaglia (2009). Desse modo, a professora não valorizou os diferentes modos de fala utilizadas pelo indivíduos e considerou apenas as expressões padronizadas pela gramática normativa. Isso reforça o preconceito linguístico em sala de aula, pois concepções pautadas no uso excessivo das regras gramaticais priorizam a língua padrão e desvalorizam as demais variantes.



Por isso, é importante o trabalho a partir de perspectivas que tratam a gramática como um “recurso” que considera a variante do educando e dos demais indivíduos, que é o caso da gramática descritiva. Pautada nessa concepção a professora romperia com o julgamento do que é certo ou errado na língua, apontando condições de uso adequadas para as modalidades linguísticas de acordo com o contexto comunicativo. Desse modo, os alunos compreenderiam que existe a adequação e inadequação da variedade da língua em diferentes contextos.

4. CONCLUSÃO

Ao término dessa análise percebemos que nosso objetivo geral foi realizado, pois discutimos sobre o preconceito linguístico apontando-o como mecanismo de inclusão na escola. Desse modo, mostramos que esse tipo de preconceito ocorre em sala de aula, sendo cometido tanto pelos alunos quanto pela professora. Apesar da docente não ter trabalhado positivamente, entendemos que existem perspectivas de língua e de gramática que auxiliam no trabalho educativo dessa temática, e que quando utilizadas corretamente tais concepções propiciam a inclusão das variantes linguísticas no ambiente escolar.

Os objetivos específicos também foram concretizados, pois refletimos acerca da inclusão pela linguagem na escola. Através dessa reflexão entendemos que quando a prática educativa é orientada por concepções que consideram as variantes diferentes da norma-padrão, ela promove uma educação inclusiva que respeita as diferentes formas de expressão dos alunos e dos demais indivíduos, motivando a conscientização acerca das variedades não-padrão.

Também apresentamos alternativas que trabalham com o preconceito linguístico, considerando a heterogeneidade da língua, desconstruindo o mito da homogeneidade linguística e respeitando a forma de fala que cada aluno ou indivíduo traz consigo. Sendo assim, lembramos das propostas sugeridas pelos PCN, Bortoni-Ricardo, Bagno, quando revelam que a prática educativa não pode ser conduzida pela discriminação linguística que impõe apenas uma forma de falar como única e exata, julgando como “certo” apenas a língua padrão e “errado” todas as expressões que não correspondem a gramática normativa. Portanto, tais autores enfatizam que cada maneira de falar tem o seu valor e deve ser respeitada, que os docentes e os discentes precisam compreender que o que existe é a adequação e a inadequação dos termos utilizados nos contextos comunicativos.

Como respostas às nossas questões, verificamos que o trabalho contra o preconceito linguístico, nessa sala de aula, não ocorreu de maneira efetiva, isto é, a professora desconsiderou as

expressões preconceituosas ocorridas em sala. Percebemos que ela não soube lidar com esse tema, pois nas situações de preconceito linguístico, não utilizou nenhuma dessas oportunidades para esclarecer a existência de variantes linguísticas diferentes da norma-padrão e isso comprova que a docente não estava preparada para trabalhar tal forma de preconceito. Além disso, ela não conseguiu promover a inclusão pela linguagem, desrespeitou as variantes não-padrão e reforçou a ideia de que apenas a língua padrão é correta.

Não queremos aqui culpar os alunos e nem tampouco a professora por participarem de atos que enfatizam o preconceito linguístico no espaço escolar, pois como vimos ao longo de nossa pesquisa, essa ideologia acerca da língua prestigiada já existe há muito tempo e combatê-la não é tão simples. O fato de a docente ter utilizado concepções tradicionais de língua e de gramática, valorizando apenas a norma-padrão da língua é consequência dessa ideologia. Sabemos também que, apesar deste trabalho envolver apenas uma professora, ela não é um caso específico ou isolado.

Como expressa Bagno (2007), se queremos que o convívio linguístico entre os falantes das diversas variantes seja democratizado, temos que edificar uma sociedade tolerante, que saiba respeitar as diferenças, sejam elas linguísticas, econômicas, sociais. Enfim, promover o respeito e a valorização de cada indivíduo, pois independentemente de qualquer fator, partilhamos de uma língua heterogênea, que pode ser utilizada de várias formas de acordo com o contexto comunicativo.

Os processos educacionais devem, portanto, pautar-se pelo reconhecimento da diversidade linguística e pelo respeito às diferenças. Deve ser papel de todos estar vigilante e ser combativo a toda prática social, explícita ou velada, que estimule e personifique o preconceito linguístico. Nesse processo, são ferramentas cruciais a informação e o acesso ao conhecimento.

5. REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. [Organizador Paulo Geiger]. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____, **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____, **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____, **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____, **Preconceito linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

LEITE, Jan Edson Rodrigues. **Sociolinguística interacional e a variabilidade cultural da sala de aula**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?**: norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.